



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 14/XII/ 1.ª SL

Aos 28 dias do mês de Setembro de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das actas n.ºs 11 e 12 (reuniões de 20 e 21 de Setembro de 2011)

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição urgente do Presidente da ERSE e do Ministro da Economia e do Emprego, para avaliar a situação e prevenir qualquer concretização de aumentos da energia eléctrica em 2012.

3. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo de Transporte Aéreo entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Federativa do Brasil, por outro [COM(2011)252]

Relator: Deputado Fernando de Jesus (PS)

4. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera determinados regulamentos relativos à política comercial comum no que diz respeito à atribuição de poderes delegados para a adopção de certas medidas [COM(2011)349]

Relator: Deputado Cristóvão Crespo (PSD)

5. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CEE) n.º3821/85 do Conselho relativo à introdução de um aparelho de controlo no domínio dos transportes rodoviários e o Regulamento (CE) n.º 561/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2011)451]

Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)

6. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa às embarcações de recreio e às motos de água (Texto relevante para efeitos do EEE) - [COM(2011)456]

Relator: Deputado Luís Menezes (PSD)

7. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho no que diz respeito a determinadas disposições referentes à



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 14/XII/ 1.ª SL

gestão financeira relativamente a determinados Estados-Membros afectados ou ameaçados por graves dificuldades de estabilidade financeira [COM(2011)482]

Relatora: Deputada Catarina Martins (BE)

8. Apreciação e votação do Parecer referente à Petição 154/XI/2ª - Solicitam que a Assembleia da República averigue e intervenha sobre a forma como está a ser desenvolvida a actividade prestamista, a qual se encontra regulada pelo Decreto-Lei 365/99, considerado obsoleto e desactualizado, permitindo assim a prática de condutas usurárias, exploratórias e promíscuas.

Relatora: Deputada Eurídice Pereira (PS)

9. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição 140/XI/2ª - "Solicita que seja criada legislação adequada para que os consumidores portugueses da EDP, EPAL, GALP Energia (gás natural) e Telecomunicações, quando optam pela facturação electrónica, possam usufruir de uma redução percentual nas suas facturas na medida em que tais empresas também têm uma redução de gastos."

Relator: Deputado Nuno Matias (PSD)

10. Distribuição de iniciativas legislativas:

- P JL 69/XII/1.ª (PCP) - Institui o programa nacional de combate à precariedade laboral e ao trabalho ilegal. (Relator cabe ao PSD)

- P JL 73/XII/1.ª (BE) - Estabelece medidas destinadas a reforçar o rigor e a transparência dos preços de venda ao público (PVP) dos medicamentos procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 65/2007, de 14 de Março, alterado pelos Decretos-Lei n.º 184/2008, de 5 de Setembro, n.º 48.º-A/2010 de 13 de Maio, e n.º 106-A/2010, de 1 de Outubro.

- P JL 74/XII/1.ª (BE) - Atribuição das competências em matéria de fixação do preço dos medicamentos em exclusivo ao INFARMED. (Relator cabe ao PS)

11. Ponto de situação das Petições pendentes na Comissão

12. Outros assuntos

- Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS, para audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego ao projecto anunciado sobre internacionalização da economia.

---



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 14/XII/ 1.ª SL

#### **1. Apreciação e votação das actas n.ºs 11 e 12 (reuniões de 20 e 21 de Setembro de 2011)**

No primeiro ponto da ordem do dia, foram aprovadas por unanimidade as actas n.ºs 11 e 12, relativas às reuniões de 20 e 21 de Setembro de 2011.

#### **2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição urgente do Presidente da ERSE e do Ministro da Economia e do Emprego, para avaliar a situação e prevenir qualquer concretização de aumentos da energia eléctrica em 2012.**

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) apresentou o requerimento para audição do Presidente da ERSE e do Ministro da Economia e do Emprego, ponto ênfase no facto de estarem já anunciados aumentos da energia eléctrica e de, até ao momento, a Comissão Parlamentar da apenas ter tido uma actuação *a posteriori*, pretendendo, com este requerimento, que a Comissão ouça os responsáveis antes da decisão final.

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Por solicitação do PS, foi discutido neste ponto da ordem do dia o requerimento do Grupo Parlamentar do PS para audição do Ministro da Economia e do Emprego, sobre a internacionalização da economia.

Usou da palavra o Senhor Deputado Basílio Horta (PS), para apresentar o requerimento, tendo realçado o adensar nas dificuldades económicas e o facto de desde Maio/Junho a internacionalização da economia portuguesa estar praticamente parada, expressando preocupação com a situação da AICEP. Defendeu que deveria ser o Parlamento o primeiro a conhecer as grandes linhas de orientação para a internacionalização da economia, apresentadas pela comissão liderada pelo Professor Braga de Macedo. Após ter criticado o relatório apresentado por essa comissão, por privilegiar o plano das tutelas em detrimento da internacionalização, frisou que o que pretende discutir, nesta audição do Senhor Ministro, são as questões da internacionalização e não as da tutela.

O Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) referiu que o relatório em causa apresenta um conjunto de soluções, tendo sido estudados os prós e os contras de cada um dos cenários.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 14/XII/ 1.ª SL

Considerou também que havia questões mais prementes a ser discutidas pela Comissão Parlamentar, como as da energia, do que meros cenários. Concluiu considerando o requerimento útil mas desadequado em termos temporais.

Pelo Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) sugeriu que, em vez de o PS solicitar agora a audição do Senhor Ministro, deveria solicitar a audição da comissão liderada pelo Professor Braga de Macedo, em reunião conjunta da CEOP e da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, para a Assembleia da República ficar municiada com mais dados para uma futura audição do Senhor Ministro.

O Senhor Deputado Basílio Horta (PS) considerou adequada essa sugestão, tendo feito um requerimento oral nesse sentido.

Assim, o Senhor Presidente susteve o requerimento inicial apresentado pelo PS para audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego e submeteu à votação o requerimento oral apresentado pelo PS para audição da comissão liderada pelo Professor Braga de Macedo, em reunião conjunta da CEOP e da CNECP, o qual foi aprovado por unanimidade.

### **3. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo de Transporte Aéreo entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Federativa do Brasil, por outro [COM(2011)252]**

**Relator: Deputado Fernando de Jesus (PS)**

O Senhor Deputado Fernando de Jesus (PS) apresentou sucintamente o relatório sobre a Proposta de Decisão do Conselho relativa à celebração de um Acordo de Transporte Aéreo entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Federativa do Brasil, por outro.

Usou da palavra a Senhora Deputada Cláudia Aguiar (PSD) para cumprimentar o relator e informar que o seu grupo parlamentar iria votar a favor.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e a abstenção do PCP.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 14/XII/ 1.ª SL

#### **4. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera determinados regulamentos relativos à política comercial comum no que diz respeito à atribuição de poderes delegados para a adopção de certas medidas [COM(2011)349]**

**Relator: Deputado Cristóvão Crespo (PSD)**

De seguida, o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) apresentou o relatório sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera determinados regulamentos relativos à política comercial comum no que diz respeito à atribuição de poderes delegados para a adopção de certas medidas.

Pela Senhora Deputada Hortense Martins (PS) foi realçado o facto de o relator ter focado as implicações para Portugal da iniciativa em apreço.

Por sua vez, o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) pronunciou-se contra a política comercial comum, considerando que poucas políticas comunitárias foram tão gravosas para o país como esta e lastimou as conclusões não reflectirem isso.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do PCP e a abstenção do BE.

#### **5. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CEE) n.º 3821/85 do Conselho relativo à introdução de um aparelho de controlo no domínio dos transportes rodoviários e o Regulamento (CE) n.º 561/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2011)451]**

**Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)**

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) apresentou o relatório sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CEE) n.º 3821/85 do Conselho relativo à introdução de um aparelho de controlo no domínio dos transportes rodoviários e o Regulamento (CE) n.º 561/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, tendo feito referência ao facto de a directiva sobre este assunto ter sido já transposta para o ordenamento interno.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ACTA NÚMERO 14/XII/ 1.ª SL**

Usaram da palavra os Senhores Deputados Catarina Martins (BE), para discordar do facto de se fazer parecer em relação a todas as iniciativas legislativas e defender que os mesmos só deveriam ser feitos em relação àquelas em que é solicitado uma apreciação do cumprimento do princípio da subsidiariedade; Hortense Martins (PS), para contrariar a opinião da oradora antecedente, defendendo a importância de os Parlamentos Nacionais se pronunciarem sobre estas iniciativas, faculdade que advém do Tratado de Lisboa; e Agostinho Lopes (PCP), para considerar que este trabalho tem eficácia zero.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### **6. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa às embarcações de recreio e às motos de água (Texto relevante para efeitos do EEE) - [COM(2011)456]**

**Relator: Deputado Luís Menezes (PSD)**

Pelo Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) foi apresentado o relatório sobre a Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às embarcações de recreio e às motos de água.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) considerou justas as preocupações da iniciativa em apreço, mas criticou a minudência do seu objecto.

Submetido à votação, o parecer foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e votos contra do PCP.

#### **7. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho no que diz respeito a determinadas disposições referentes à gestão financeira relativamente a determinados Estados-Membros afectados ou ameaçados por graves dificuldades de estabilidade financeira [COM(2011)482]**

**Relatora: Deputada Catarina Martins (BE)**

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o relatório sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 14/XII/ 1.ª SL

1083/2006 do Conselho no que diz respeito a determinadas disposições referentes à gestão financeira relativamente a determinados Estados-Membros afectados ou ameaçados por graves dificuldades de estabilidade financeira.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD), para se associar ao teor do relatório; Agostinho Lopes (PCP), para lembrar os fundos comunitários do anterior QCA já perdidos por Portugal por falta de comparticipação nacional, o que leva a perda de volume de investimento público global, particularmente no sector da agricultura, e defender que tal deveria ser espelhado nas conclusões; e Hortense Martins (PS), para concordar com o orador anterior.

Submetido à votação, o parecer foi aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP e do BE e as abstenções do PS e do PCP.

**8. Apreciação e votação do Parecer referente à Petição n.º 154/XI/2.ª - Solicitam que a Assembleia da República averigüe e intervenha sobre a forma como está a ser desenvolvida a actividade prestamista, a qual se encontra regulada pelo Decreto-Lei 365/99, considerado obsoleto e desactualizado, permitindo assim a prática de condutas usurárias, exploratórias e promíscuas.**

**Relatora: Deputada Eurídice Pereira (PS)**

A Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) apresentou o parecer referente à Petição n.º 154/XI/2.ª – Solicitam que a Assembleia da República averigüe e intervenha sobre a forma como está a ser desenvolvida a actividade prestamista, a qual se encontra regulada pelo Decreto-Lei 365/99, considerado obsoleto e desactualizado, permitindo assim a prática de condutas usurárias, exploratórias e promíscuas.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Saraiva (PSD), para saudar a relatora e propor a criação de um grupo de trabalho específico sobre o tema, Eduardo Teixeira (PSD), para concordar com as conclusões apresentadas e informar que o seu grupo parlamentar votará favoravelmente este parecer; Hortense Martins (PS), para considerar que a decisão sobre a criação do grupo de trabalho deve ser tomada mais tarde; Agostinho Lopes (PCP), para saudar a relatora e lembrar a necessidade de ser aprovada a portaria a definir um montante máximo para os juros remuneratórios; e João Paulo Viegas (CDS-PP), para saudar a relatora e alertar para a necessidade de regulamentação do sector, considerando o grande número de estabelecimentos que têm aberto.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 14/XII/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) tornou a usar da palavra, para considerar que não se justificava, no momento, a criação de qualquer grupo de trabalho e para alertar para o trecho do seu relatório onde refere a possibilidade de, a seu tempo, ser apresentado um projecto de resolução sobre este assunto.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

**9. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 140/XI/2.ª – "Solicita que seja criada legislação adequada para que os consumidores portugueses da EDP, EPAL, GALP Energia (gás natural) e Telecomunicações, quando optam pela facturação electrónica, possam usufruir de uma redução percentual nas suas facturas na medida em que tais empresas também têm uma redução de gastos."**

**Relator: Deputado Nuno Matias (PSD)**

De seguida, o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) apresentou o relatório sobre a Petição 140/XI/2ª – Solicita que seja criada legislação adequada para que os consumidores portugueses da EDP, EPAL, GALP Energia (gás natural) e Telecomunicações, quando optam pela facturação electrónica, possam usufruir de uma redução percentual nas suas facturas na medida em que tais empresas também têm uma redução de gastos.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Hortense Martins (PS), para referir que as conclusões apresentadas não são claras e defender que deveria ser vertida no relatório a resposta enviada pela ERSE de que esses descontos já existem e são negociados livremente entre as partes; e Agostinho Lopes (PCP), para defender que o poder de regulação do Estado deveria estar presente nesta área e discordar da solicitação do peticionário.

Conclui o relator, acolhendo a sugestão da Deputada Hortense Martins e informando que iria reformular o relatório e submetê-lo a votação na reunião ordinária seguinte.

#### **10. Distribuição de iniciativas legislativas:**

**- P.JL n.º 69/XII/1.ª (PCP) - Institui o programa nacional de combate à precariedade laboral e ao trabalho ilegal. (Relator cabe ao PSD)**

**- P.JL 73/XII/1.ª (BE) - Estabelece medidas destinadas a reforçar o rigor e a transparência dos preços de venda ao público (PVP) dos medicamentos procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 65/2007, de 14 de Março,**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 14/XII/ 1.ª SL

alterado pelos Decretos-Lei n.º 184/2008, de 5 de Setembro, n.º 48.º-A/2010 de 13 de Maio, e n.º 106-A/2010, de 1 de Outubro.

**- P JL 74/XII/1.ª (BE) - Atribuição das competências em matéria de fixação do preço dos medicamentos em exclusivo ao INFARMED. (Relator cabe ao PS)**

No que toca ao P JL n.º 69/XII/1.ª, a Comissão apenas tomou conhecimento de que o mesmo tinha baixado à Comissão mas tinha sido já discutido e rejeitado em Plenário.

No que toca aos P JL n.º 73/XII/1.ª e n.º 74/XII/2.ª, uma vez que a comissão competente, a Comissão de Saúde, os vai tratar em conjunto, distribuindo-os a um só relator, terão o mesmo tratamento na CEOP, tendo sido designada relatora a Senhora Deputada Carina Oliveira (PS).

#### **11. Ponto de situação das Petições pendentes na Comissão**

O Senhor Presidente fez o ponto da situação das petições pendentes em Comissão, tendo realçado o facto de haver quatro petições, que transitaram da anterior Legislatura, que esgotaram já o prazo regimental (60 dias) para a sua apreciação, mesmo reiniciando essa contagem a partir do início da XII Legislatura.

#### **12. Outros assuntos**

**- Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS, para audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego ao projecto anunciado sobre internacionalização da economia.**

O requerimento do PS para audição do Ministro da Economia e do Emprego sobre a internacionalização da economia foi discutido no ponto 2 da ordem do dia.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) usou da palavra para dar conta aos Deputados das audiências já concedidas pelo Grupo de Trabalho de Audiências, do qual é Coordenador.

O Senhor Presidente lembrou os Senhores Deputados da iniciativa Café Ciência, promovida pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura, que se iria realizar nessa tarde, pelas 18 horas, e marcou a próxima reunião da Comissão para o dia 6, às 14 horas, uma vez que a quarta-feira, dia em que a Comissão normalmente faz as suas reuniões ordinárias, seria feriado nacional.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ACTA NÚMERO 14/XII/ 1.ª SL**

A reunião foi encerrada às 12:55 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 Setembro 2011.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS CAMPOS FERREIRA)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 14/XII/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Agostinho Lopes  
Ana Paula Vitorino  
Carina Oliveira  
Catarina Martins  
Cláudia Monteiro de Aguiar  
Duarte Cordeiro  
Eduardo Teixeira  
Fernando Jesus  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
João Paulo Viegas  
Luís Campos Ferreira  
Luís Menezes  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Pinto  
Pedro Saraiva  
Rui Paulo Figueiredo  
Basílio Horta  
Cristóvão Crespo  
Eurídice Pereira  
Mendes Bota  
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia  
Luís Leite Ramos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: